

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.585.843 - RS (2019/0278543-1)

RELATORA : **MINISTRA NANCY ANDRIGHI**
AGRAVANTE : BOA VISTA SERVICOS S.A
ADVOGADOS : CARLOS DAHLEM DA ROSA - RS021051
ADRIANA SANTOS DE SOUZA - RS082118B
AGRAVADO : RUDINEI SANTOS DOS SANTOS
ADVOGADOS : ANDRÉIA DE SOUZA FEIJÓ - RS106309
GIOVANI DA ROCHA FEIJO - RS0075501

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COMPENSAÇÃO POR DANOS MORAIS CUMULADA COM EXCLUSÃO DO ROL NEGATIVO. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INADMISSIBILIDADE. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. COTEJO ANALÍTICO E SIMILITUDE FÁTICA. AUSÊNCIA. SÚMULA 7 DO STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. PREJUDICADO.

1. Ação de compensação por danos morais cumulada com exclusão do rol negativo.
2. O reexame de fatos e provas em recurso especial é inadmissível.
3. O dissídio jurisprudencial deve ser comprovado mediante o cotejo analítico entre acórdãos que versem sobre situações fáticas idênticas.
4. A incidência da Súmula 7 do STJ prejudica a análise do dissídio jurisprudencial pretendido. Precedentes desta Corte.
5. Agravo conhecido. Recurso especial não conhecido.

DECISÃO

Cuida-se de agravo em recurso especial interposto por BOA VISTA SERVIÇOS S/A, contra decisão que negou seguimento a recurso especial fundamentado nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional.

Agravo em recurso especial interposto em: 26/07/2019.

Concluso ao gabinete em: 25/10/2019.

Ação: compensação pelos danos morais cumulada com exclusão do rol negativo, ajuizada por RUDINEI SANTOS DOS SANTOS, em face de BOA VISTA SERVIÇOS S/A. Alega que teve o nome inscrito em cadastro negativo e só soube dessa situação no momento em que tentou obter crédito no comércio local. Sustenta que entrou em contato com a agravante e foi informado a respeito da negativação e que deveria efetuar o pagamento, no entanto, afirma não ter sido notificado sobre a referida inscrição em cadastro negativo.

Sentença: julgou parcialmente procedente o pedido inicial para determinar que a agravante procedesse a baixa cadastral, ressalvando-se o protesto, conforme fundamentação, no prazo de 15 (quinze) dias, pena de incidência de multa diária de R\$ 100,00 (cem reais), até o limite de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais). Condenou as partes ao pagamento das custas e honorários advocatícios, por metade, os quais foram fixados em R\$ 800,00 (oitocentos reais), suspenso em relação ao agravado por ser beneficiário da gratuidade da justiça.

Acórdão: negou provimento à Apelação interposta pela agravante e deu provimento à Apelação interposta pelo agravado, com redimensionamento da sucumbência, nos termos da seguinte ementa:

APELAÇÕES CÍVEIS. RESPONSABILIDADE CIVIL. AÇÃO DE CANCELAMENTO DE REGISTRO CREDITÍCIO CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. NOTIFICAÇÃO PRÉVIA.

DEVER DE NOTIFICAR. ART. 43, § 2º, DO CDC. Da exegese do art. 43, § 2º, do CDC, pode-se extrair que a prévia notificação ao consumidor, quanto à abertura de registro negativo em seu nome, é obrigatória, sendo que o descumprimento da norma pelo arquivista ou mantenedor do arquivo de consumo autoriza ao consumidor a busca pelo cancelamento e reparação pelos danos decorrentes do apontamento feito às avessas da lei.

CASO CONCRETO. AUSÊNCIA DE NOTIFICAÇÃO PRÉVIA. Hipótese em que a ré não logrou comprovar o envio da prévia notificação ao autor, ônus que lhe competia, ex vi do art. 373, II, do CPC. Precedentes deste Tribunal.

DANO MORAL IN RE IPSA. CANCELAMENTO DO REGISTRO. Verificada a ausência de notificação, configurado está o *danum in re ipsa*. Inaplicabilidade da súmula 385 do STJ, ante a inexistência de prova acerca de registros anteriores, além dos contestados na presente demanda. Possibilidade de cancelamento do apontamento, com a ressalva de que, cumprido o disposto no art. 43, § 2º, do CDC e, não impugnado o registro, nada impede que o réu proceda a novo cadastramento.

QUANTUM INDENIZATÓRIO. FIXAÇÃO. Em atenção aos parâmetros estabelecidos pela doutrina e jurisprudência pátrias para a fixação do montante indenizatório, atento às particularidades do caso concreto, o quantum de R\$ 1.000,00 (mil reais), acrescido de correção monetária e juros moratórios legais, se mostra razoável e proporcional. Sucumbência redimensionada.

ASTREINTES. A multa tem por objetivo obrigar o réu a

cumprir a obrigação. Sendo apenas inibitória, mostra-se adequada sua aplicação ao caso, nos termos do disposto nos artigos 497 e 537, ambos do Código de Processo Civil.

Sucumbência redimensionada.

APELAÇÃO DA RÉ DESPROVIDA.

APELAÇÃO DO AUTOR PROVIDA. (e-STJ fl. 120/121)

Embargos de Declaração: opostos pela agravante, foram rejeitados.

Recurso especial: alega violação dos arts. 373, II, do CPC/15 e 43, § 2º, do CDC, bem como dissídio jurisprudencial. Sustenta que o serviço tem caráter meramente consultivo e não traz qualquer tipo de restrição ao consumidor, não podendo ser a agravante penalizada pelo fato. Aduz que apresentou documentos que demonstravam a informação enviada pelos Correios ao agravado, antes da inserção do nome nos cadastros da agravante. Afirma que não há prazo legal para o envio da comunicação ao agravado, bastando para tanto que seja feita previamente a data de exibição do registro.

RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.

Julgamento: aplicação do CPC/2015.

- Do reexame de fatos e provas

Ao decidir sobre a inscrição do nome do agravado no cadastro negativo, o TJ/RS assim se manifestou:

Da exegese do art. 43, § 2º, do Código de Defesa do Consumidor e segundo a pacífica jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, a respeito da discussão aqui travada, pode-se extrair que a prévia notificação ao consumidor acerca da abertura de registro negativo em seu nome é obrigatória.

O objetivo fundamental da norma é oportunizar ao consumidor o acesso às informações arquivadas em bancos de dados de restrição ao crédito, evitando registros indevidos, possibilitando a retificação de dados e, até mesmo, o pagamento da dívida, evitando, assim, situações vexatórias e constrangimentos decorrentes de eventuais equívocos.

Logo, o descumprimento, seja pelo arquivista, seja pelo mantenedor do arquivo de consumo, do comando normativo acima identificado, autoriza ao consumidor a busca pelo cancelamento do apontamento lançado às avessas da lei.

No caso sob comento, conforme se infere do documento acostado às fls. 15/16 dos autos, o autor comprovou a existência de 3 registros de débitos em seu nome no banco de dados da ré: (i) Sky Brasil Serviços Ltda, no valor de R\$ 109,90; (ii) Liberal Imóveis, no valor de R\$ 1.600,00 e (iii) BV Servs/BV Financeira, no valor de R\$388,14.

Quanto aos débitos relativos aos credores Sky Brasil Serviços Ltda e BV Servs/BV Financeira, a demandada, embora tenha divulgado o cadastramento, não se preocupou em juntar aos autos documentos aptos a comprovar o envio da prévia comunicação ao demandante, ônus que lhe competia, nos termos do art. 373, II, do CPC.

Isso porque não há prova da remessa da notificação, mas apenas cópia das correspondências (fls. 44/45).

Ainda, no que diz com o credor Liberal Imóveis, embora a requerida tenha comprovado que procedeu a notificação do consumidor acerca da inscrição do seu nome no rol de inadimplentes (fls. 46/49), não se desincumbiu do ônus de comprovar que a referida notificação foi prévia ao registro creditício.

Com efeito, embora a requerida alegue que a referida notificação, assim como supostamente as demais, foi prévia à inclusão do nome do autor no seu banco de dados, esta sequer trouxe aos autos documento que comprove a data em que cada registro foi incluído em seu sistema.

Alterar o decidido no acórdão impugnado, no que se refere ao fato da agravante não provado que comunicou previamente o agravado sobre a inscrição do seu nome em cadastro negativo, bem como a ausência de documento apto a comprovar a data de inclusão do registro no sistema por ela mantido, exige o reexame de fatos e provas, o que é vedado em recurso especial pela Súmula 7/STJ.

- Da divergência jurisprudencial

Entre os acórdãos trazidos à colação, não há o necessário cotejo analítico nem a comprovação da similitude fática, elementos indispensáveis à demonstração da divergência. Assim, a análise da existência do dissídio é inviável, porque foram descumpridos os arts. 1029, §1º do CPC/2015 e 255, § 1º, do RISTJ.

Superior Tribunal de Justiça

Além disso, a incidência da Súmula 7 desta Corte acerca do tema que se supõe divergente, qual seja, a prévia comunicação ao agravado sobre a inscrição do seu nome em cadastro negativo, impede o conhecimento da insurgência veiculada pela alínea "c" do art. 105, III, da Constituição da República. Nesse sentido: AgInt no AREsp 821.337/SP, 3ª Turma, DJe de 13/03/2017 e AgInt no AREsp 1.215.736/SP, 4ª Turma, DJe de 15/10/2018.

Forte nessas razões, CONHEÇO do agravo e, com fundamento no art. 932, III, do CPC/15, NÃO CONHEÇO do recurso especial.

Deixo de majorar os honorários fixados anteriormente, porquanto já atingido o limite máximo previsto no art. 85, § 2º, do CPC/2015 (e-STJ fl. 128).

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar na condenação às penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora